

## AJUDA A POBRES

O Fundo Monetário Internacional, que geralmente é considerado uma instituição sovina nos seus acordos financeiros com os países em desenvolvimento, assumiu a liderança numa iniciativa para fornecer créditos fáceis a 60 das nações mais pobres do mundo, muitas delas na África. O francês Michel Camdessus, que se tornou o sétimo diretor-administrativo do FMI em janeiro último, está tentando conseguir seis bilhões de dólares para ajudar esses países a reconstruírem suas economias sob os termos de programas elaborados tanto pelo FMI como pelo Banco Mundial.

Além disso, o FMI está pressionando a adoção de termos mais fáceis, tais como taxas bem menores de juros e prazos mais longos de vencimento para os empréstimos que são apresentados ao Clube de Paris, o grupo responsável pela reprogramação das dívidas entre países.

Ex-presidente do Banco Central francês, Camdessus também foi diretor-presidente do Clube de Paris de 1978 até 1984 e conquistou reputação neste cargo como um mestre dos compromissos.

"Quanto à questão da dívida, Camdessus é o homem que deve ser observado", disse Richard E. Feinberg, vice-presidente do The Overseas Development Council, grupo de pesquisas a respeito do Terceiro Mundo, sediado em Washington. "Ele dispõe da experiência política, da *finesse* pessoal e da percepção intelectual necessárias para poder ter um grande desempenho."

Um fundo de três bilhões de dólares, conhecido como Structural Adjustment Facility, já existe para ajudar os países mais pobres. Pouco após ter assumido o seu cargo no FMI, Camdessus conseguiu a aprovação geral dos ricos países industrializados para aumentar os recursos deste fundo em mais seis bilhões de dólares. No entanto, nenhum deles ainda preencheu o cheque.

Agora, quando os ministros de 151 países ricos e pobres se reúnem aqui para a reunião anual do FMI, que é realizada juntamente com a reunião anual do Banco Mundial, Camdessus está pressionando para conseguir o financiamento pretendido.

Apesar de ainda existirem grandes diferenças entre os Estados Unidos e os demais países quanto ao total que cada um deverá pagar, muitos funcionários declararam esperar que Camdessus consiga avançar bastante em direção às suas metas.

### O ouro do FMI

Washington quer que países como a Alemanha Ocidental e o Japão, que têm grandes superávits comerciais, paguem a parte do Leão. Mas estes países querem que os Estados Unidos também participem. Alguns querem que o FMI forneça o dinheiro, utilizando os mais de 40 bilhões de dólares em ouro existentes nas suas reservas.

Um subcomitê bancário da Câmara dos Representantes aprovou uma proposta apresentada pelo deputado John J. Lafalce, democrata pelo Estado de Nova York, para que o FMI se utilize deste ouro para financiar o Fundo.

O ouro "no momento não está sendo utilizado com qualquer outra finalidade a não ser a de servir como uma reserva para um período sombrio", disse Lafalce. "Pois bem, este período sombrio certamente já chegou."

As sessões formais da reunião anual deverão ter início amanhã, mas houve discussões tanto bilaterais quanto multilaterais a respeito da questão durante uma série de reuniões preliminares durante este fim de semana.

Outro endosso do plano relativo à Structural Adjustment Facility deverá ter surgido a partir da reunião do Comitê Interino do FMI, responsável pelas tomadas de decisões políticas.

Uma grande parte do dinheiro objetiva aliviar ônus da dívida nos países africanos subsaarianos, que devem seis bilhões de dólares apenas ao FMI. A grande maioria dos analistas, incluindo os do próprio FMI, concordam que existem poucas esperanças de estes empréstimos serem pagos.

O dinheiro da Structural Adjustment Facility seria emprestado por um período de dez anos, a juros de 0,5%. Após um período de carência de cinco anos e meio, os pagamentos seriam realizados no decorrer dos quatro anos e meio seguintes. Os empréstimos do FMI normalmente são pagos em três a cinco anos, com taxas de juros de 6 a 7%.

Clyde H. Farnsworth,  
do New York Times.

# EUA: mais compressão com os devedores.

James Baker fará um pedido aos bancos: que adotem "uma ação mais inovadora".

O secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, deve abrandar sua atitude na sessão de abertura da assembleia conjunta do FMI-Bird, amanhã, cedendo às duras críticas que lhe são feitas pelos 125 países-membros do Fundo Monetário Internacional que dependem do refinanciamento externo para continuarem se desenvolvendo.

Fontes do governo norte-americano citadas pela agência AP disseram que as autoridades de Washington ficaram abaladas pela intensidade da queixa do Grupo dos 24 — países que formularam as seguintes reivindicações: 1) A evolução da crise da dívida preocupa muito. Programas de austeridade e penosas medidas de reajuste não resolveram o problema. Os países devedores enfrentam problemas políticos, sociais e econômicos, e os bancos — tanto hoje quanto em 1982 — não têm garantias de que receberão todas as dívidas. Cresce até mesmo a sensação de que parte da dívida é incobrável.

2) Se a atual estratégia não receber mudanças, a situação pode se agravar. Diante das sombrias perspectivas do comércio internacional e dos juros, aumenta o nú-



Baker deve ser mais flexível na reunião do FMI

## Os americanos querem aliviar a dívida. E fazem sugestões.

7,5% de pagamentos como em 1981, o compromisso norte-americano seria de 12 bilhões e o país pagaria um total de 900 milhões de dólares durante cinco anos, ou seja, 180 milhões ao ano.

O orçamento federal de 1988 é estimado em 1.032 trilhão de dólares. Assim a contribuição norte-americana ao aumento do capital do Banco Mundial no próximo ano seria inferior a 0,02% desse orçamento. Os banqueiros norte-americanos, assustados com sua *exposure* no Terceiro Mundo, insistem em que este é um excelente negócio para o país. Os bancos comerciais estão-se esforçando por reduzir sua própria *exposure* na América Latina e em outras regiões.

Mas o Congresso está resistindo a contribuir com um apoio maior aos países em desenvolvimento, o Banco Mundial e os bancos comerciais. Com o orçamento federal em déficit e com o Congresso esforçando-se para eliminar esse saldo negativo, muitos congressistas estão sentindo pressões nas suas bases eleitorais daqueles que não conseguem compreender por que as concessões aos estrangeiros deveriam ser aumentadas, ao mesmo tempo em que os programas sociais para ajudar os norte-americanos necessitados estão sendo cortados. A ajuda aos países em desenvolvimento, e para salvar o sistema financeiro internacional, é traduzida pelos populistas como "um resgate dos bancos". A antiga antipatia dos norte-americanos em relação aos grandes centros financeiros na região Leste do país acabou sendo ainda mais exacerbada pelos problemas que estão sendo registrados na região produtora de petróleo e no cinturão agrícola.

### Falta apoio de Reagan

Provavelmente será necessária uma grande campanha do presi-

dente Reagan, e não apenas de Baker, para poder superar a resistência do Congresso em relação ao aumento do apoio financeiro do Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, que também está procurando conseguir fundos adicionais para poder ajudar os países devedores.

Até agora, Reagan recusou-se a qualquer envolvimento no esforço por conseguir maior ajuda externa do Congresso. Ao invés disso, ele está lutando por aumentar os gastos militares. E ele tem resistido às propostas do Congresso para elevar os impostos como parte do pacote necessário à redução do déficit orçamentário e ao cumprimento das metas legais de equilibrar o orçamento.

A crescente resistência populista à ajuda externa neste país encontra paralelo no crescente ressentimento populista nas nações em desenvolvimento contra o pagamento das dívidas aos países ricos do Primeiro Mundo e aos bancos comerciais. O presidente argentino, Raúl Alfonsín, depois da derrota do seu partido para os peronistas nas recentes eleições, ameaçou congelar o pagamento dos juros da dívida externa de 54 bilhões de dólares do seu país. O Brasil, que suspendeu os pagamentos referentes a 67 bilhões de dólares de sua dívida aos bancos estrangeiros, propõe trocar uma parte substancial desse débito por títulos com deságio. E muitos países pobres estão insistindo em que não têm condições para continuar pagando sua dívida.

Para evitar um desastre global provocado pela dívida, o crescimento mundial precisa ser fortalecido. Este é o núcleo central da estratégia da administração Reagan para a dívida. Mas o núcleo do problema é como conseguir um

política econômica eficiente, um clima internacional favorável (maior compra dos países industrializados, estabilidade dos termos do intercâmbio, baixa das taxas de juros no mercado internacional), aumento dos empréstimos internacionais.

Mas como o declarou o ministro inglês, Lawson, cabe aos bancos comerciais decidir o que querem. Os governos não têm de intervir. Temos de acrescentar que estão dando mau exemplo. O secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, como o ministro inglês, recusa aceitar uma nova emissão de direitos especiais de saque (DES), pois não existe falta de liquidez no plano internacional. O chanceler inglês declarou que o Brasil tem de passar pelo FMI para ter acesso ao Clube de Paris.

Diante do quadro otimista dos países industrializados, a visão dos

países de cujo sistema talvez obrigue os países a limitar ou interromper os pagamentos.

Fontes de Washington disseram que Baker destacará a conveniência de os bancos privados adotarem "uma ação mais inovadora" para com países de receitas médias — em sua maioria os da América Latina, que hoje devem US\$ 388 bilhões.

Também em Washington, o ministro das Finanças da Alemanha Ocidental, Gerhard Stoltenberg, manifestou a esperança de que o Brasil esteja disposto a cooperar novamente com o FMI, dizendo que "o afastamento do Fundo não é um bom caminho para os países devedores". Mas não quis comentar a proposta que o Brasil acaba de fazer aos bancos comerciais seus credores: "Esse é um problema dos bancos", declarou, referindo-se à fórmula de conversão de parte da dívida em bônus, com uma taxa de juros abaixo da que vigora no mercado.

O ministro disse à imprensa que conversões de dívida em capital "podem ser úteis, caso a caso", e que vê chances de o Brasil e os bancos chegarem a algum entendimento.

crescimento mais forte sem voltar a gerar inflação.

Os esforços para incentivar o crescimento levaram os responsáveis pela determinação da política norte-americana a intensos conflitos com os seus colegas na Alemanha Ocidental e no Japão, e há até mesmo sinais de gerar um choque entre o Tesouro, de Baker, e a Reserva Federal, comandada por Alan Greenspan, que tem maiores preocupações com o combate à inflação.

Os esforços norte-americanos por liderar a expansão econômica mundial estão sendo prejudicados pelos seus déficits comerciais e orçamentários, que impedem que o país desempenhe o papel de fornecedor de empréstimos aos demais países. Ao invés disso, os Estados Unidos têm mantido a economia mundial em fase de crescimento, representando o papel, como disse o financista George Soros, de "emprestador de última instância" — e, de importância igualmente crucial, de mercado de última instância.

Mas existem limites a quanto os Estados Unidos podem ir antes de ser engolfado por suas próprias dívidas. A liderança norte-americana no momento exige que os demais países industrializados sejam convencidos a assumir uma parcela dos fardos financeiros dos países pobres — e das necessidades militares da Aliança Ocidental. E os Estados Unidos precisam assumir a liderança no sentido de fazer com que os países ricos e pobres colaborem de maneira mais íntima, enfrentando melhor a resistência nacionalista e populista, tanto interna quanto externamente.

Leonard Silk,  
do New York Times

## De repente, otimismo no FMI: caiu o déficit fiscal nos EUA.

da alta do preço do petróleo. Esse otimismo também leva em conta o crescimento do comércio mundial: 3,5% em 1987 e 4,5% provavelmente em 1988.

O objetivo dessas declarações otimistas tem por fim mostrar que a disciplina econômica tem resposta positiva. É um aviso aos navegantes. Isto é, aos países em desenvolvimento, que estão ainda na tempestade... Cabe assinalar que o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, teve uma posição importante ao declarar no Comitê Interino: "É evidente que a aceleração do crescimento dos países em desenvolvimento e o reforço dos seus créditos externos têm de andar juntos".

Qualquer estratégia para os países endividados tem de incluir três pontos-chaves, segundo o diretor-gerente do FMI: adoção de uma

## BRESSER MUDADO

O ministro Bresser Pereira, que se havia apresentado como um revolucionário nos meios internacionais, aproveitou-se muito bem da reunião do Comitê Interino, de que participam 22 países, para mudar sua imagem. Na sua declaração na tarde de ontem, procurou de um lado traçar o processo da estratégia seguida até agora para o tratamento da dívida externa, ao mesmo tempo em que procurou oferecer uma solução realista, sem ameaça, mostrando que sua proposta era vantajosa para todos. A única dúvida que podemos ter é se o ministro brasileiro escolheu o auditório certo. Com efeito, se os governos se recusam a *ditar* a atitude dos bancos comerciais, suas sugestões podem tornar-se inúteis.

Na sua análise do malogro da estratégia da dívida externa, o ministro brasileiro falou em **economês**, uma linguagem que os ministros da Fazenda dos países industrializados podem entender. Para uma nova abordagem, o ministro resumiu sua posição. "É necessário reestruturar a dívida de modo a adequá-la à real capacidade de pagamento de cada país. Acrescentou a receita: "O processo de reescalonamento deve abranger não só o principal mas também os juros". Precisaria convencer os bancos credores de que os juros devem ser fixos, o que talvez exigiria uma ajuda dos governos ou a intervenção dos organismos internacionais.

Bresser Pereira falou logo depois do secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III. Este, deste modo, não teve oportunidade de responder a seus comentários sobre a estratégia da dívida internacional.

Podemos considerar a intervenção do secretário norte-americano de um duplo ângulo: o lado desagradável encontra-se no fato de que citou como exemplos de bons a Colômbia, o México, o Chile, as Filipinas e, com menos entusiasmo, a Argentina. Não fez nenhuma referência ao *enfant terrible*, o Brasil. É um silêncio eloquente. Mas, por outro lado, não escondeu sua satisfação ao verificar que na abordagem da estratégia o elenco das propostas está-se ampliando, chegando a citar até os *exit bonds* que havia condenado na sua entrevista com o ministro Bresser Pereira. Mas existe uma frase que se dirige ao Brasil: "O FMI deve continuar desempenhando um papel central na estratégia da dívida".

Todavia, ao reconhecer, apesar do seu otimismo, que "o problema da dívida está longe de ser resolvido", mostrou-se um aliado importante do ministro brasileiro.

Robert Appy, de Washington.

## “ROUPA NOVA”

"A proposta brasileira para o refinanciamento da dívida externa apresentada pelo ministro da Fazenda aos credores na última sexta-feira tem como aspecto positivo o fato de realizar uma abordagem não convencional para o pagamento da dívida e de propor, e não impor, a securitização da dívida. É a proposta apresentada em Viena de roupa nova."

A análise é feita por Carlos Alberto Primo Braga, economista da USP especializado em economia internacional, que entende a intenção do diálogo explicitada na proposta como extremamente positiva. Diz que a securitização de parte da dívida — transformação em novos títulos — apresentada como ponto de partida a um novo estilo de negociação, e não como imposição, demonstra o amadurecimento da idéia que foi jogada como balão de ensaio na reunião feita com representantes de bancos credores em Viena.

"Com essa proposta o Brasil está abrindo as portas para a reestruturação definitiva do problema da dívida. A conversão de parte da dívida em novos títulos a serem pagos em melhores condições pelo Brasil facilita o pagamento e oferece um processo de negociação mais amplo. É o casamento de uma proposta convencional com uma não convencional."

O enfoque convencional foi utilizado, de acordo com Primo Braga, na proposta de curto prazo, onde o governo negocia o pagamento dos juros vencidos e a vencer até o mês de dezembro através de novos financiamentos. Seria, de acordo com ele, uma moratória negociada em que os bancos ofereçam dinheiro ao Brasil para o pagamento dos juros vencidos.

A proposta, se aceita, implica segundo Primo Braga crescimento da dívida externa em cerca de US\$ 4,3 bilhões, valor dos juros não pagos a serem acumulados até dezembro, mas em contrapartida resolve o problema de médio, longo prazo. A aceitação da proposta brasileira, contudo, depende, de acordo com o economista, de critérios a serem ainda adotados pelo governo brasileiro no que diz respeito aos juros a serem oferecidos aos novos títulos e à garantia de que eles realmente serão pagos.

"É preciso que o Brasil adote um esquema do tipo fundo de amortização, que desse garantia aos credores do pagamento dos novos títulos. É preciso que se ofereça um incentivo adicional no sentido de se conseguir a aprovação da proposta. A questão dos juros nesses títulos também é colocada de forma muito vaga sem falar dos *spreads*. Acredito, entretanto, que a falta de detalhes tenha sido uma estratégia de negociação utilizada pelo governo brasileiro", conclui Primo Braga.

## Dificuldades na economia mundial

A incerteza voltou a aparecer no cenário econômico internacional no primeiro semestre deste ano, afirma o Fundo Monetário Internacional em documento distribuído ontem em Washington, às vésperas da assembleia anual do FMI e do Banco Mundial. Adverte que até o restante do ano essa tendência continuará enquanto que nas nações em desenvolvimento se observa uma ligeira recuperação no mesmo período.

A incerteza no panorama internacional e a debilidade na recuperação da economia das nações em desenvolvimento parece que se manterão como constantes durante o próximo ano, destaca o documento.

O FMI assinala que o crescimento econômico dos países indus-

trializados, abaixo do esperado, e o agravamento das dificuldades de financiamento nos países em desenvolvimento durante 1988 contribuíram para criar a atual situação.

A esses componentes, acrescenta o informe, somou-se o "histórico" desequilíbrio nas balanças comerciais entre as nações industrializadas, que tende a aumentar.

O desequilíbrio da balança comercial dos Estados Unidos acentuou-se no primeiro semestre deste ano, enquanto em muitos países em desenvolvimento, afirma o documento, a situação continua difícil, o que faz prever que prosseguirão as políticas de ajuste econômico.

O FMI sublinha os esforços realizados em 1987 pelas nações industrializadas para enfrentar a problemática situação econômica mundial. Nesse particular, menciona a reunião mantida em Paris, em fevereiro, pelos sete grandes países industrializados do Ocidente e a conferência de cúpula de Veneza, em junho, consideradas um esforço por coordenar as diferentes políticas econômicas e atingir a estabilidade do mercado de divisas.